

OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO 31º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

THE MAIN CHALLENGES FACED BY THE 31ST MILITARY POLICE BATTALION OF THE STATE OF GOIÁS

Daniel Afonso Silva de Almeida¹
Alex Jorge das Neves²

RESUMO

O debate sobre a missão social e a representação do Policial Militar nas comunidades é essencial devido aos desafios enfrentados, como carga de trabalho, riscos à segurança, pressão psicológica e outros. Nesse sentido, o presente estudo tem o objetivo geral de analisar os principais desafios para o exercício da função de policiamento preventivo ostensivo do policial militar no 31º Batalhão da PMGO. Trata-se de um estudo exploratório e, para coletar dados, foram realizadas entrevistas e uma pesquisa documental por meio de um questionário eletrônico específico para os membros do batalhão. Uma revisão bibliográfica abrangente foi conduzida, fortalecendo as análises. O estudo, com a participação de 56 pessoas, incluindo membros da Polícia Militar e da sociedade civil em Goiás, revelou uma percepção positiva da atuação policial. A alta visibilidade da Polícia Militar foi destacada, sugerindo que sua presença é frequente e contribui para a sensação de segurança. A satisfação dos participantes quanto à frequência e qualidade do policiamento reforça essa percepção positiva. A cooperação entre a Polícia Militar e a sociedade, aliada a estratégias equilibradas de prevenção e repressão, é essencial para enfrentar os desafios relacionados à criminalidade e à ordem pública no estado. As políticas públicas devem refletir essas percepções para promover uma abordagem abrangente e eficaz.

Palavras-chave: Policiamento ostensivo. Polícia Militar. Desafios. Segurança Pública.

ABSTRACT

The debate on the social mission and representation of Military Police in communities is essential due to the challenges faced, such as workload, security risks, psychological pressure, among others. In this context, this study aims to analyze the main challenges for the exercise of the Military Police's preventive ostensive policing function in the 31st Battalion of PMGO. It is an exploratory study, and data collection involved interviews, documentary research through a specific electronic questionnaire for battalion members, and a comprehensive literature review to strengthen analyses. The study, with the participation of 56 individuals, including Military

¹ Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES (2017), Especialização em Direito Penal e Direito Processual Penal pelo Instituto Prominas (2018); Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5154694096418181>; E-mail: danielaafonsos@gmail.com; Celular: (38) 9 8836 6591.

² Professor orientador. Tenente-Coronel PM Comandante o 1º Grupamento de Intervenção Rápida Ostensiva – GIRO. Doutorando em Política Internacional e Resolução de Conflitos – Coimbra/Portugal. Mestre em Estudos Fronteiriços – UFMS. Pós-graduado em Curso de Altos Estudos em Segurança Pública – CAESP (SSPGO e UEG). Pós-graduado em Gestão Organizacional – SSPGO e Faculdade Serra da Mesa. CV: <http://lattes.cnpq.br/8336835256084102>.

Police members and civilians in Goiás, revealed a positive perception of police performance. The high visibility of the Military Police was highlighted, suggesting frequent presence contributing to a sense of security. Participant satisfaction with the frequency and quality of policing reinforces this positive perception. Cooperation between the Military Police and society, coupled with balanced prevention and repression strategies, is essential to address challenges related to crime and public order in the state. Public policies should reflect these perceptions to promote a comprehensive and effective approach.

Keywords: Ostensive policing. Military Police. Challenges. Public Security.

1 INTRODUÇÃO

Existe um debate crescente e fundamental sobre a missão social e a representação do Policial Militar nas comunidades em que atuam, uma preocupação compartilhada por cientistas sociais, profissionais de segurança pública e organismos institucionais e políticos (SANTOS, 2022). Esta preocupação é impulsionada pelos numerosos desafios enfrentados pelos policiais em sua linha de trabalho. Dentre esses desafios, tem-se a alta carga de trabalho, riscos à segurança pessoal, pressão psicológica, escassez de recursos e infraestrutura, relações com a comunidade, questões éticas e de corrupção, tensões políticas e sociais, dentre outros (SANTOS, 2022).

No âmbito da segurança pública, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, as Polícias Militares representam a primeira linha de defesa da comunidade, sendo os órgãos mais próximos da sociedade. Essa proximidade permite que essas instituições estejam em constante contato com a população, conhecendo suas necessidades e preocupações específicas (BORBA, 2021).

As Polícias Militares atuam no cumprimento do seu dever constitucional de polícia ostensiva preventiva, de forma a garantir a ordem pública. Elas atuam de maneira preventiva, agindo de forma proativa para evitar a ocorrência de crimes e incidentes que possam ameaçar a segurança da sociedade. Além disso, quando a situação demanda, as Polícias Militares estão preparadas para agir de forma repressiva, intervindo enérgica e eficazmente contra a criminalidade (BORGES; SILVA, 2019).

A atividade preventivo-ostensiva desempenhada pelas Polícias Militares envolve a realização de patrulhas regulares, o policiamento de áreas de maior incidência criminal, a realização de abordagens preventivas e ações de visibilidade policial. Tudo isso tem como objetivo dissuadir potenciais infratores e criar um ambiente de segurança que iniba atividades criminosas (BORGES; SILVA, 2019).

Além disso, as Polícias Militares também atuam no apoio a outras agências de segurança pública, como a Polícia Civil, em investigações criminais, fornecendo informações e evidências para a resolução de casos. Elas também estão preparadas para atuar em emergências, como desastres naturais e eventos de grande magnitude, contribuindo para a segurança e bem-estar da população. Portanto, as Polícias Militares possuem um papel multifacetado na segurança pública, atuando de forma preventiva e ostensiva para manter a ordem e a tranquilidade da sociedade, garantindo que os cidadãos possam viver em um ambiente seguro e protegido (BORBA, 2021).

Com isso, entende-se que o tema do presente estudo é relevante, pois os desafios enfrentados pelos policiais militares no Brasil são variados e interconectados e a missão social. Portanto, a compreensão desses desafios é importante para desenvolver estratégias que melhorem as condições de trabalho e promovam uma atuação mais eficaz e equitativa da polícia nas comunidades. Além disso, é essencial que se continue debatendo e abordando essas questões, a fim de melhorar o ambiente de trabalho e o relacionamento entre os policiais e as comunidades que servem.

A importância do policiamento ostensivo e preventivo, em detrimento das ações repressivas, é amplamente reconhecida e os esforços para aprimorá-lo são constantes, mantendo-o alinhado com a missão e visão institucional, pois a máxima de prevenir é melhor do que remediar é amplamente aceita. Além disso, ele representa um elemento essencial da missão do 31º Batalhão da Polícia Militar de Goiás (PMGO), sendo amplamente reconhecido como uma abordagem prioritária em detrimento das ações repressivas. No entanto, avaliar e aprimorar continuamente o policiamento ostensivo preventivo é uma tarefa desafiadora. Dessa forma, o presente estudo levanta a seguinte questão-problema: Quais os desafios no policiamento ostensivo preventivo no 31º Batalhão da PMGO de Goiânia?

Nesse sentido, o presente estudo tem o objetivo geral de analisar os principais desafios para o exercício da função de policiamento preventivo ostensivo do policial militar no 31º Batalhão da PMGO. Para o alcance do objetivo geral, foram elencados os seguintes objetivos específicos: discorrer sobre a segurança pública e a Polícia Militar; explorar sobre a atuação da Polícia Militar, no geral, e sobre a PMGO; e discutir sobre os principais desafios enfrentados por policiais militares do 31º Batalhão da PMGO.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 SEGURANÇA PÚBLICA

O conceito de "segurança pública" é frequentemente objeto de discussão e debate, com várias interpretações e perspectivas que complicam a busca por uma definição conceitual precisa. De acordo com Arthur Trindade Maranhão Costa e Renato Sérgio de Lima, a compreensão desse conceito é desafiadora devido às múltiplas dimensões e desdobramentos associados a ele no contexto das ciências sociais (COSTA; LIMA, 2014).

Os referidos autores enfatizam que diferentes posições políticas e institucionais desempenham um papel significativo na moldagem da segurança pública, resultando na ausência de uma única definição conceitual consensual. Em vez disso, a segurança pública é

melhor compreendida como um campo empírico e organizacional que influencia a estrutura das instituições e relações sociais. Nesse campo, o Estado atua na administração da ordem e na resolução de conflitos sociais (COSTA; LIMA, 2014).

Para Dias (2004), a segurança pública é um conjunto integrado e otimizado de instrumentos que englobam a coação, a justiça, a defesa dos direitos, a saúde e o bem-estar social. Este processo tem início na prevenção e se estende até a reparação do dano causado pelo ilícito, abrangendo o tratamento das suas causas e a reintegração do autor à sociedade.

Ser cidadão, exercer a cidadania, estágio avançado do ser humano capaz e responsável, em princípio obediente aos parâmetros da ordem natural das coisas: todas as coisas devem obedecer aos princípios, às regras, às normas, de sua ordem natural. Capaz de evoluir continuamente ao longo do tempo e espaço, com naturais limitações e desvios que representam os desafios à inteligência e à produtividade dos seres humanos (DIAS, 2004, p.1).

Na definição de Martins (2020, p. 8):

A Segurança Pública é uma das áreas de responsabilidade permanente do Estado, e seu objetivo principal é preservar os direitos da sociedade por meio da prevenção e do combate à criminalidade, oferecendo o suporte necessário para que os cidadãos possam viver livres dos riscos que os cercam, garantindo, assim, a proteção de todos os seus direitos e a manutenção da ordem pública.

Por assegurar o pleno exercício da cidadania, a segurança pública representa tanto um direito quanto um dever de todos os cidadãos. Ela se configura como um sistema que requer a integração de diversos conhecimentos e ferramentas estatais, que devem interagir com a sociedade de forma alinhada, compartilhando a mesma visão, compromissos e objetivos (DIAS, 2004).

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) representou uma transformação essencial na perspectiva dos mecanismos legítimos de controle social e criminal (BRASIL, 1988). Como já destacado por Lima e Sinhoretto (2015) em um texto anterior, a Carta Magna de 1988 introduziu significativas mudanças em relação à segurança pública e ao tratamento do crime:

A democracia, apesar de todas as persistências de práticas violentas e autoritárias - dentro e fora das polícias - introduziu tensões no campo da segurança pública que, se não permitem a incorporação de consensos mínimos relativos às transformações no modelo institucional vigente, fomentam o debate sobre um modelo de ordem pública baseada na cidadania, garantia de direitos e acesso à justiça. Assim, elas parecem induzir, não sem contradições e resistências, mudanças de repertório e formulação de novos enunciados políticos, nos quais mecanismos de accountability e de governança sejam compreendidos enquanto instrumentos de eficiência democrática, vinculando o respeito aos direitos humanos às práticas operacionais das polícias na prevenção da violência e no enfrentamento do crime (LIMA; SINHORETTO, 2011, p. 130).

A partir de então, observou-se uma redefinição nos paradigmas da segurança pública no Brasil. A CF/88 estabeleceu princípios e diretrizes que direcionaram as políticas de segurança, promovendo uma abordagem mais humanitária e voltada para a proteção dos direitos individuais e coletivos. O respeito aos direitos humanos e a valorização da dignidade da pessoa passaram a ser pilares fundamentais na atuação das forças de segurança.

Além disso, a CF/88 também estabeleceu as bases para a descentralização das ações de segurança, incentivando a cooperação entre os entes federativos e fortalecendo a atuação das polícias estaduais e municipais. Isso contribuiu para uma maior eficácia no combate ao crime e uma resposta mais ágil às demandas da população (COSTA; LIMA, 2014).

Nesse sentido, a CF/88 desencadeou uma mudança de paradigma na abordagem da segurança pública no Brasil, enfatizando a proteção dos direitos humanos, a descentralização das ações e a integração das forças de segurança. Essas transformações representam marcos importantes no contexto da segurança pública brasileira e têm impactos profundos na forma como a sociedade e o Estado lidam com o crime e o controle social (COSTA; LIMA, 2014).

De acordo com Freire (2009), um ponto relevante a ser destacado é a instituição do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), o qual atua no fomento à integração e à coordenação das atividades de segurança em âmbito nacional. Essa medida resultou em avanços na capacidade de reação a situações de crise e na implementação de políticas voltadas para a prevenção e redução da criminalidade.

Portanto, a segurança pública vai além de um simples conceito teórico e é, na realidade, uma arena na qual várias forças políticas e institucionais interagem, moldando a forma como a sociedade lida com questões de ordem e conflitos. Essa complexidade subjacente torna a segurança pública um tema de constante disputa e análise dentro das ciências sociais.

2.2 ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

A Polícia Militar (PM) tem sua missão claramente definida pela CF/88, atuando em nível estadual com o propósito de preservar a ordem pública e atuar na defesa civil. Esta mesma responsabilidade é compartilhada com o Corpo de Bombeiros Militares (CBM), como estabelecido no seguinte trecho da Constituição: "§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil" (BRASIL, 1988).

A principal função da Polícia Militar é realizar o policiamento ostensivo e garantir a preservação da ordem pública. Este enfoque preventivo visa evitar que crimes ocorram, em

contraste com a atuação da polícia civil, que age após a ocorrência do delito. Tanto a Polícia Civil quanto a Polícia Militar estão subordinadas aos governadores estaduais. Portanto, cabe aos militares a responsabilidade de prevenir a ocorrência de crimes, prender os infratores e, caso o delito ocorra, conduzi-los a uma delegacia de polícia para as devidas providências e esclarecimentos (VALENTE, 2012).

O policiamento ostensivo, como mencionado no artigo, refere-se a uma ação ou atitude que pode ser percebida como agressiva, instantânea e que busca resultados imediatos, a fim de prevenir uma tragédia mais grave. Por exemplo, quando um suspeito armado com uma faca ameaça pessoas ao seu redor, um policial pode ser compelido a usar a força física, como aplicar um soco ou derrubar o suspeito, como parte de seu dever para evitar um desfecho potencialmente trágico. Nesse contexto, a atuação da polícia militar ocorre na manutenção da ordem pública e na proteção da segurança da comunidade, sendo autorizada a adotar medidas enérgicas quando necessário, sempre em conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis (VALENTE, 2012).

[...] tornou-se imprescindível que as forças policiais no Brasil se adequassem à nova realidade: ser instrumento a serviço do cidadão. A corporação policial faz parte da comunidade e, portanto, defende os interesses dos cidadãos, e não os do Estado ou de dado governo. Da antiga mentalidade militar, a polícia moderna evolui para um perfil democrático, aberto e próximo ao cidadão e à comunidade, em defesa de sua dignidade e de seus direitos (RODRIGUES, 2009, p. 96).

2.2.1 Polícia Militar de Goiás (PMGO)

A Lei nº 8033, promulgada em 02 de dezembro de 1975, estabelece o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás (PMGO), normatizando as obrigações, deveres, direitos e prerrogativas inerentes a esse grupo de servidores públicos. Segundo esta legislação, são definidos deveres fundamentais que devem ser cumpridos por todos os integrantes da Polícia Militar, contribuindo para a eficácia e o cumprimento de suas missões institucionais. Esses deveres incluem:

Art. 30 - Os deveres Policiais-Militares emanam de vínculos racionais e morais que ligam o Policial-Militar à comunidade estadual e à sua segurança, e compreendem, essencialmente: I - a dedicação integral ao serviço Policial Militar e a fidelidade à instituição a que pertence, mesmo com o sacrifício da própria vida; II - o culto aos símbolos nacionais; III - a probidade e a lealdade em todas as circunstâncias; IV - a disciplina e o respeito à hierarquia; V - o rigoroso cumprimento das obrigações e ordens; e VI - a obrigação de tratar o subordinado dignamente e com urbanidade. Parágrafo Único - A dedicação integral a que se refere o item I deste artigo sujeita o Policial-Militar à jornada mínima de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho (BRASIL, 1975).

Tais deveres básicos são pilares para a atuação da Polícia Militar de Goiás, contribuindo para a manutenção da ordem e da segurança pública, bem como para a preservação dos direitos e garantias dos cidadãos. Além disso, refletem o compromisso da instituição com a sociedade e com a missão de servir e proteger (DANTAS, 2022).

Contudo, é importante ressaltar que, apesar da importância desses deveres, os policiais militares de Goiás enfrentam uma série de desafios na execução de suas funções. Esses desafios serão discutidos no próximo tópico, a fim de compreender melhor as complexidades envolvidas no exercício da atividade policial e na busca contínua pela segurança e bem-estar da população.

2.3 DESAFIOS ENFRENTADOS POR POLICIAIS DO 31º BATALHÃO DA PMGO

As dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuam na área de Segurança Pública são variadas e impactam significativamente o desempenho de suas funções. Dentre os principais desafios, destacam-se o déficit de efetivos na corporação da polícia militar, que compromete a capacidade de patrulhamento e resposta a ocorrências em diversas regiões. Além disso, as inúmeras reclamações de abuso de autoridade representam uma questão sensível, que demanda a implementação de medidas para garantir o respeito aos direitos individuais durante a atuação policial (PESSANHA, 2009).

Outra questão de relevância é em relação à baixa remuneração, que afeta a motivação e a qualidade de vida desses profissionais, muitas vezes submetidos a condições de trabalho arriscadas. A pressão constante decorrente das situações de risco e a exigência de tomar decisões difíceis em curtos períodos também constituem um desafio para os servidores de Segurança Pública (DANTAS, 2022).

Além disso, a sociedade frequentemente desenvolve comparações e polêmicas em torno de casos envolvendo policiais, sejam civis ou militares, o que pode afetar a imagem e a confiança nas instituições de Segurança Pública. Essas situações tornam-se mais complexas de gerenciar devido à ampla divulgação por meio das mídias sociais e veículos de comunicação, exigindo uma abordagem cuidadosa por parte das autoridades e instituições de controle (PESSANHA, 2009).

Conforme informações do sítio eletrônico da Assembleia Legislativa de Goiás (2023), o Estado de Goiás se encontra atualmente diante de desafios significativos em relação à segurança pública. O déficit de pessoal na área da segurança é um problema que merece atenção urgente, com um número alarmante de aproximadamente 18.741 vagas em aberto para o cargo de policiais, o que ultrapassa a marca de 12 mil vagas não preenchidas (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE GOIÁS, 2022).

Essa escassez de efetivo policial em Goiás representa um desafio para a manutenção da ordem e a prevenção da criminalidade no estado. Além disso, a carência de recursos humanos na força policial também pode resultar em uma sobrecarga para os policiais em serviço, impactando sua eficiência e segurança pessoal, além de prejudicar a capacidade de resposta a incidentes e ações de combate ao crime (DANTAS, 2022).

Ademais, a falta de efetivo policial pode contribuir para o aumento da criminalidade, uma vez que as operações de policiamento e investigações podem ser comprometidas pela falta de pessoal qualificado. A segurança da população é diretamente afetada quando as forças de segurança não conseguem atender às demandas de forma adequada. Portanto, é importante que medidas sejam adotadas para abordar essa situação, como o aumento do recrutamento e treinamento de novos policiais, bem como o investimento em infraestrutura e tecnologia para auxiliar no combate à criminalidade (DANTAS, 2022).

Além disso, um dos principais desafios é lidar com a crescente complexidade das demandas sociais e criminais, que vão além das questões tradicionais de policiamento. A PM precisa adaptar suas estratégias e treinamentos para lidar com crimes de alta tecnologia, questões de saúde mental e bem-estar social, além de garantir o respeito aos direitos humanos durante as operações. Nesse sentido, a imagem da polícia pode ser afetada por casos de abuso de poder e violência, o que torna importante promover a transparência, responsabilização e construção de confiança com a comunidade (PESSANHA, 2009).

Dessa forma, a sociedade pode auxiliar no trabalho preventivo e ostensivo da Polícia Militar. A colaboração cidadã é importante para identificar e relatar atividades suspeitas, fornecer informações relevantes e apoiar as iniciativas de segurança pública. Além disso, a sociedade pode contribuir promovendo o diálogo e a construção de pontes entre a comunidade e a polícia, fortalecendo os laços de confiança. A educação e a conscientização da população sobre seus direitos e responsabilidades em relação à segurança pública também é relevante (PESSANHA, 2009).

Portanto, é evidente que os desafios enfrentados pela Segurança Pública são multifacetados, envolvendo questões de recursos humanos, ética profissional, remuneração, condições de trabalho e imagem pública. Superar essas dificuldades requer esforços conjuntos entre as instituições, a sociedade e o poder público, visando garantir uma atuação eficiente e ética por parte dos profissionais de Segurança Pública em benefício de toda a comunidade.

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada se concentra nos desafios enfrentados pelos policiais militares do 31º Batalhão da PMGO. A abordagem escolhida foi de natureza exploratória. Para alcançar os objetivos traçados, foi empregado uma estratégia de coleta de dados que consistiu em pesquisa documental e entrevistas. Para isso, foi aplicado um questionário eletrônico por meio da plataforma Google Forms, direcionado especificamente aos membros do 31º batalhão da PMGO. O objetivo desse questionário foi obter perspectivas internas e informações sobre o policiamento ostensivo preventivo na atuação da unidade.

Complementando essa pesquisa, foi conduzido uma revisão bibliográfica abrangente que se baseou em artigos acadêmicos, legislações pertinentes e livros relacionados ao tópico em discussão. Essa revisão bibliográfica enriqueceu substancialmente as análises desenvolvidas ao longo do estudo, fortalecendo as teses apresentadas.

Os dados obtidos foram submetidos a uma análise, com a intenção de identificar padrões, tendências e correlações significantes que contribuíram para uma compreensão aprofundada sobre os desafios enfrentados pelo 31º batalhão da PMGO. Essa análise proporcionou uma contextualização apropriada das informações coletadas, permitindo uma visão mais precisa da realidade enfrentada pelos policiais militares desse batalhão.

A metodologia adotada foi estruturada com cuidado e precisão, tendo como objetivo central proporcionar uma breve compreensão acerca do trabalho do 31º batalhão da PMGO. Isso se alinha com a proposta de analisar os principais desafios para o exercício da função de policiamento preventivo ostensivo do policial militar no 31º Batalhão da PMGO.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente estudo, um total de 56 participantes, compreendendo tanto policiais militares, do 31º Batalhão da PMGO, lotados em Goiânia, quanto membros da sociedade civil, contribuíram para a pesquisa, respondendo a um questionário eletrônico. A análise dos dados obtidos revelou informações significativas relacionadas à percepção e satisfação da comunidade em relação à presença e qualidade do policiamento.

No que se refere à questão sobre a frequência com que os participantes observavam a presença da Polícia Militar, a maioria, correspondente a 62,5% dos entrevistados, relatou que avistava a presença da polícia "mais de uma vez por dia". Adicionalmente, 14,3% dos respondentes mencionaram que observavam a presença policial "mais de uma vez por semana" e "uma vez por dia". Esses resultados

demonstram um alto grau de visibilidade da Polícia Militar na percepção da amostra, sugerindo que a presença policial é uma ocorrência comum no cotidiano desses indivíduos.

Quando questionados sobre seu grau de satisfação com a frequência do policiamento, a maioria expressiva, compreendendo 66,1% dos participantes, manifestou estar "totalmente satisfeita". Por outro lado, 33,9% dos entrevistados afirmaram estar "parcialmente satisfeitos" com a frequência do policiamento. Esses resultados sugerem que a maioria dos participantes se sente satisfeita com a regularidade da presença policial em suas regiões, embora uma parcela menor manifeste níveis de satisfação parciais.

Em relação à qualidade do policiamento, os dados revelaram que 66,1% dos participantes estão "totalmente satisfeitos" com a qualidade do serviço prestado pela Polícia Militar, enquanto 30,4% dos entrevistados se encontram "parcialmente satisfeitos". Esses resultados indicam uma predominância de avaliações positivas em relação à qualidade do policiamento, sugerindo que a maioria dos participantes está satisfeita com o nível de serviço oferecido pela Polícia Militar em suas respectivas localidades.

De acordo com Semmer e da Silva (2021), a presença e visibilidade de viaturas é importante no contexto do policiamento ostensivo, uma atividade inerente e exclusiva das polícias militares. Essa função visa prevenir uma ampla gama de situações que podem perturbar a ordem pública, abrangendo desde a prevenção de delitos até a contenção de atitudes inconvenientes, como desordens e aglomerações tumultuadas em espaços públicos.

A visibilidade das viaturas policiais, com suas luzes intermitentes e identificação clara, não apenas indica a presença da polícia, mas também serve como um poderoso elemento dissuasório. Essa presença ostensiva cria um ambiente no qual a população se sente mais protegida e, ao mesmo tempo, os potenciais infratores são desencorajados a cometer atos ilícitos, contribuindo assim para a manutenção da paz e da segurança na comunidade (BOCK et al., 2017).

Além disso, as viaturas também possuem um papel prático na mobilidade e prontidão das forças policiais, permitindo uma resposta rápida a situações de emergência e fornecendo meios para o patrulhamento eficaz de áreas extensas. Em suma, a presença e a visibilidade das viaturas no policiamento ostensivo são fatores essenciais para a prevenção e o controle de eventos que possam perturbar a ordem pública e garantir a segurança da sociedade como um todo (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2018).

No que se refere à pergunta sobre a capacidade da simples presença policial em garantir a segurança, a preservação da ordem pública e a produção de sensação de segurança, observou-se que a maioria, 75%, respondeu afirmativamente, indicando que a presença policial atua significativo nesse contexto. Além disso, 21,4% dos participantes responderam que a presença policial é parcialmente capaz de alcançar tais objetivos. Isso sugere que a presença policial é amplamente reconhecida como um fator relevante na segurança pública, embora uma parcela minoritária tenha dúvidas ou ressalvas em relação a essa questão.

Diversos doutrinadores do Direito enfatizam que a preservação da ordem pública está intrinsecamente ligada à manutenção da paz e da tranquilidade na esfera social. Nesse contexto, as palavras de Távora (2009), Tourinho Filho (1999) e Mirabete (1991) ecoam a importância desse conceito. No entanto, é fundamental compreender que a simples presença policial é relevante na garantia da segurança, na preservação da ordem pública e na promoção da sensação de segurança na comunidade.

Da Silva (2011) contribui para essa discussão ao definir a ordem pública como "a situação e o estado de legalidade normal, em que as autoridades exercem suas atribuições primordiais e os cidadãos as respeitam e acatam, sem constrangimento ou protestos". É nesse contexto que a presença policial ganha relevância, pois ela não apenas simboliza a autoridade do Estado, mas também cria um ambiente no qual os cidadãos se sentem mais seguros e protegidos.

A mera visibilidade da polícia nas ruas contribui para inibir comportamentos transgressores e atos de violência, promovendo a sensação de segurança entre os membros da comunidade. Além disso, a presença policial é importante para a rápida intervenção em situações de emergência, garantindo a manutenção da ordem e a prevenção de incidentes que possam perturbar a tranquilidade pública (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2018).

Portanto, é evidente que, para muitos estudiosos do Direito, a ordem pública está associada à paz social, mas a presença efetiva e visível da polícia é importante na concretização desse ideal, assegurando a segurança da população e cultivando uma sensação de segurança que é igualmente importante na coesão da sociedade.

Quando se tratou da importância do planejamento estratégico e da utilização do procedimento operacional padrão, os resultados indicaram que 58,9% dos participantes consideram esses elementos como "imprescindíveis". Esse dado evidencia a valorização de estratégias bem definidas e procedimentos operacionais claros no contexto policial. Por outro lado, 41,1% dos participantes responderam que esses elementos são "relevantes", indicando que há uma minoria que não os considera absolutamente essenciais, mas ainda reconhece sua relevância.

No que se refere à importância da integração da Polícia Militar com outras instituições para um policiamento ostensivo e preventivo eficaz, a maioria, 69,6% dos participantes, considerou essa integração como "imprescindível". Isso sugere que a cooperação e colaboração entre a Polícia Militar e outras instituições são vistas como fundamentais para o sucesso do policiamento ostensivo e preventivo. Contudo, 30,4% dos participantes responderam que essa integração é "relevante", indicando que existe uma parcela minoritária que considera essa colaboração como importante, mas não necessariamente indispensável.

A integração da Polícia Militar com outras instituições é importante na busca por um policiamento ostensivo e preventivo eficaz. Minayo e Adorno (2013) destacam que as insatisfações dentro das corporações policiais podem ser atribuídas a diversas causas, como a falta de reconhecimento por parte dos superiores e da população, questões salariais, condições de trabalho, qualidade de vida e o descontentamento com o sistema de justiça, além do sentimento constante de ameaça. Nesse contexto,

a colaboração entre a Polícia Militar e outras instituições, como o Poder Judiciário, o sistema de saúde e serviços sociais, torna-se relevante para lidar com essas questões.

Em relação à pergunta "O sucesso do policiamento ostensivo e preventivo no Estado de Goiás depende exclusivamente dos atos da Polícia Militar, sendo irrelevante a postura do resto da sociedade?", 87,5% dos participantes responderam "não", enquanto 12,5% responderam "sim". Essa maioria expressiva que discorda da dependência exclusiva da atuação da Polícia Militar sugere que a sociedade em geral tem um papel relevante a desempenhar na eficácia do policiamento ostensivo e preventivo e isso enfatiza a importância da cooperação entre a Polícia Militar e a comunidade na promoção da segurança pública.

No que diz respeito à pergunta "Qual a relevância da repressão criminal como instrumento que resulte na prevenção?", 58,9% dos participantes consideraram a repressão como "imprescindível", enquanto 37,5% a classificaram como "relevante". Esses resultados indicam que a maioria dos participantes reconhece a importância da repressão criminal como parte integrante da estratégia de prevenção da criminalidade. No entanto, é notável que uma parcela significativa também acredita que a repressão é "relevante", sugerindo que medidas preventivas e de policiamento ostensivo também são importantes na segurança pública.

A atuação conjunta da sociedade e da Polícia Militar no combate à criminalidade é importante na promoção da segurança pública. Fraga (2006) destaca que a atividade-fim do policial, ou seja, o policiamento ostensivo, é realizada pelo policial fardado em locais públicos com caráter preventivo. Isso implica na observação e fiscalização, bem como na postura de vigilância, com o objetivo de coibir a ação de infratores e prevenir a ocorrência de atos delituosos.

Nesse contexto, os cidadãos podem atuar como olhos e ouvidos adicionais da polícia, fornecendo informações relevantes e denunciando atividades suspeitas. Além disso, a educação da comunidade sobre sua participação na prevenção e combate ao crime é essencial. O estabelecimento de parcerias entre a polícia e a sociedade, através de programas de policiamento comunitário e iniciativas de envolvimento cívico, fortalece os laços de confiança e promove uma resposta mais eficaz ao crime. Assim, a atuação conjunta da polícia e da sociedade é relevante na criação de comunidades mais seguras e no combate à criminalidade (FRAGA, 2006).

Com relação à questão "As dificuldades de acesso igualitário, a direitos e garantias fundamentais, são fatores sociais com influência para o policiamento ostensivo e preventivo realizado pela PMGO?", os resultados revelaram que 58,9% dos participantes responderam "sim", indicando que a maioria percebe uma influência significativa dessas dificuldades no trabalho policial. Além disso, 32,1% dos participantes responderam "parcialmente", sugerindo que uma parte significativa reconhece uma influência parcial, enquanto 8,9% responderam "não".

Quando questionados sobre a adequação do trabalho realizado pela Polícia Militar em atender às necessidades atuais de segurança pública, os dados indicam que 62,5% dos participantes responderam "sim". Isso sugere que a maioria dos entrevistados acredita que a PMGO está satisfazendo as

necessidades de segurança pública em certa medida. No entanto, 37,5% dos participantes responderam "parcialmente", demonstrando que uma parcela considerável da amostra tem ressalvas quanto à plena satisfação das necessidades de segurança pública por parte da PMGO.

Além disso, a valorização e satisfação dos policiais são pré-requisitos para o efetivo cumprimento de suas funções e, conseqüentemente, para a segurança e proteção da população. Portanto, as autoridades e gestores de políticas públicas devem considerar a importância de abordar as preocupações internas das corporações, bem como promover uma maior cooperação e coordenação entre diferentes instituições. Essa integração pode resultar em abordagens mais abrangentes e eficazes para a segurança pública, abordando não apenas as questões de policiamento, mas também os fatores sociais e institucionais que afetam a qualidade de vida e a satisfação dos policiais. Ao fazer isso, é possível criar um ambiente propício para um policiamento ostensivo e preventivo verdadeiramente eficaz, em benefício tanto dos profissionais da área quanto da comunidade que servem (MINAYO; ADORNO, 2013).

Em conjunto, esses resultados destacam a complexidade da segurança pública em Goiás, indicando que a cooperação entre a Polícia Militar e a sociedade civil é fundamental para o sucesso do policiamento ostensivo e preventivo. Além disso, a combinação de estratégias de repressão e prevenção é vista como essencial para o enfrentamento da criminalidade no estado. Portanto, políticas e programas de segurança pública devem levar em consideração essas percepções e buscar promover uma abordagem equilibrada que envolva a participação ativa da sociedade e a aplicação eficaz das forças policiais.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo central analisar os principais desafios associados ao exercício da função de policiamento preventivo ostensivo por parte dos policiais militares lotados no 31º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO). Para atingir esse propósito, foram delineados objetivos específicos que abrangeram uma investigação abrangente sobre a segurança pública, a atuação da Polícia Militar de modo geral, com um foco mais específico na PMGO, além de uma discussão aprofundada sobre os desafios que os policiais militares enfrentam no 31º Batalhão.

Ao explorar a segurança pública e a função da Polícia Militar, identificou-se a complexidade do cenário em que esses profissionais atuam. A sociedade contemporânea enfrenta desafios diversos, que vão desde o aumento da criminalidade até a demanda por abordagens mais humanizadas por parte das forças de segurança. No contexto específico da PMGO, observou-se a relevância de compreender as particularidades locais que influenciam diretamente a dinâmica operacional da instituição.

O envolvimento de 56 participantes, representando tanto membros da Polícia Militar quanto da sociedade civil, proporcionou uma visão abrangente das diversas perspectivas envolvidas nesse contexto. A alta visibilidade da Polícia Militar, evidenciada pelo fato de que a maioria dos entrevistados observa sua presença mais de uma vez por dia, sugere que a presença policial é uma ocorrência comum

no cotidiano desses indivíduos. Além disso, a maioria dos participantes manifestou estar totalmente satisfeita tanto com a frequência quanto com a qualidade do policiamento em suas regiões. Tais resultados indicam uma percepção positiva da atuação da Polícia Militar, contribuindo para a sensação de segurança da comunidade.

No que tange aos desafios enfrentados pelos policiais militares no 31º Batalhão, identificaram-se fatores que vão desde a falta de recursos e efetivo até questões relacionadas à violência urbana e suas implicações psicológicas. A sobrecarga de trabalho e a necessidade de aprimoramento constante também emergiram como temas centrais. Ademais, aspectos sociais, econômicos e culturais da comunidade atendida pelo batalhão mostraram-se interligados aos desafios enfrentados pelos profissionais.

A análise da importância da presença ostensiva de viaturas na prevenção de delitos e na manutenção da ordem pública reforça a ideia de que a visibilidade policial é um fator relevante. A presença efetiva e visível da polícia não apenas simboliza a autoridade do Estado, mas também cria um ambiente no qual os cidadãos se sentem mais seguros e protegidos. Além disso, a colaboração entre a Polícia Militar e outras instituições, como o Poder Judiciário, o sistema de saúde e serviços sociais, foi destacada como imprescindível por uma significativa maioria dos participantes. Essa integração é percebida como fundamental para lidar com as diversas causas de insatisfação dentro das corporações policiais e contribuir para um policiamento ostensivo e preventivo mais eficaz.

A análise da relevância da repressão criminal como instrumento de prevenção revela que a maioria dos participantes reconhece sua importância, embora uma parcela considere essa abordagem como apenas relevante. Isso destaca a necessidade de uma abordagem equilibrada que inclua medidas preventivas e ostensivas na promoção da segurança pública.

As questões sociais, como as dificuldades de acesso igualitário a direitos e garantias fundamentais, foram percebidas pela maioria como influenciadoras no trabalho policial. Além disso, a satisfação dos policiais foi apontada como importante para o cumprimento efetivo de suas funções, enfatizando a importância de políticas públicas que abordem não apenas questões de policiamento, mas também fatores sociais e institucionais que afetam a qualidade de vida desses profissionais.

Portanto, os resultados sugerem que a segurança pública em Goiás é uma questão complexa e que requer uma abordagem integrada. A cooperação ativa entre a Polícia Militar e a sociedade, juntamente com estratégias equilibradas que combinem prevenção e repressão, são essenciais para enfrentar os desafios relacionados à criminalidade e à manutenção da ordem pública no estado. As políticas públicas devem refletir essas percepções, promovendo uma abordagem abrangente que envolva tanto a participação da sociedade quanto a eficácia das forças policiais.

REFERÊNCIAS

- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE GOIÁS. **Delegado Humberto Teófilo fala sobre novos concursos para segurança pública em Goiás.** 2022. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias-dos-gabinetes/123082/delegado-humberto-teofilo-fala-sobre-novos-concursos-para-seguranca-publica-em-goias>. Acesso em: 16 dez. 2023.
- BOCK, Elbio Carlos et al. **Sugestões para a informatização de viaturas policiais como instrumentos de segurança pública.** 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 05 nov. 2023.
- BORBA, Geyson. Institucionalização do Sistema de Análise Criminal E Inovação na PMGO: Uma proposta para o aperfeiçoamento da tomada de decisão, do emprego dos Recursos Policiais e Modernização da Gestão do Policiamento Ostensivo Preventivo. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 14, n. 2, 2021.
- BORGES, Rodrigues Emerson; SILVA, José Dogivan. **Os desafios do policiamento ostensivo e preventivo na Polícia Militar do estado de Goiás.** 2019.
- COSTA, Arthur Trindade; LIMA, Renato Sérgio. Segurança pública. **Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto**, 2014.
- DA SILVA, Jacqueline Carvalho. Manutenção da ordem pública e garantia dos direitos individuais: os desafios da polícia em sociedades democráticas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 5, n. 1, p. 78-89, 2011.
- DANTAS, F. S. **A segurança pública no estado de Goiás.** 2022. Monografia (graduação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5228/1/TCC.%20FABIANA%20SILVA%20DANTAS.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.
- FRAGA, Cristina Kologeski. Peculiaridades do trabalho policial militar. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 5, n. 2, p. 1-19, 2006.
- FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 3, n. 2, p. 100-114, 2009.
- LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, p. 123-144, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; ADORNO, Sérgio. Risco e (in) segurança na missão policial. **Ciência & saúde coletiva**, v. 18, p. 585-593, 2013.
- MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato Nascimento. **Manual de direito penal.** São Paulo: Atlas, 1991.
- NASCIMENTO, Nélio Reis Biá; NASCIMENTO, Paula Rafaela Tagata Biá. Policiamento ostensivo como ferramenta de prevenção a ilícitos. **Revista Eletrônica Casa de Makunaima**, v. 1, n. 1, p. 93-101, 2018.

PESSANHA, Josemara Henrique. Um fardo peculiar de agentes da segurança pública. **Serviço Social & Realidade**, p. 279-305, 2009.

SEMMER, Paulo Henrique; DA SILVA, Fábio Cesar. Atuação plena da Polícia Militar do Paraná no exercício da polícia administrativa. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 9, p. 94136-94152, 2021.

TÁVORA, N. Curso de Direito Processual Penal. São Paulo. Podvm. 2009.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de processo penal comentado. **São Paulo: Saraiva**, v. 1, p. 57, 1999.

VALENTE, Júlia Leite. “Polícia militar” é um oxímoro: a militarização da segurança pública no Brasil. **Revista LEVS**, n. 10, 2012.

APÊNDICE

Questionário:

1. Você é Policial Militar do Estado de Goiás?
 Sim
 Não
2. Com qual frequência você observa a presença da Polícia Militar?
 Uma vez por dia
 Mais de uma vez por dia
 Uma vez por semana
 Mais de uma vez por semana
 Uma vez, ou mais, por mês
3. Qual o seu grau de satisfação com a frequência do policiamento?
 Totalmente satisfeito
 Parcialmente satisfeito
 Totalmente insatisfeito
4. Qual o seu grau de satisfação com a qualidade do policiamento?
 Totalmente satisfeito
 Parcialmente satisfeito
 Totalmente insatisfeito
5. A simples presença do policial é capaz de garantir a segurança, preservação da ordem pública e produzir sensação de segurança?
 Sim
 Parcialmente
 Não
6. Qual a relevância do planejamento estratégico e da utilização do procedimento operacional padrão?
 Irrelevante
 Pouco relevante
 Relevante
 Imprescindível
7. Qual a importância da integração da Polícia Militar com outras instituições para um proveitoso policiamento ostensivo e preventivo?
 Irrelevante
 Pouco relevante
 Relevante
 Imprescindível
8. O sucesso do policiamento ostensivo e preventivo no Estado de Goiás depende exclusivamente dos atos da Polícia Militar, sendo irrelevante a postura do resto da sociedade?
 Sim

Não

9. Qual a relevância da repressão criminal como instrumento que resulte na prevenção?

Irrelevante

Pouco relevante

Relevante

Imprescindível

10. As dificuldades de acesso igualitário, a direitos e garantias fundamentais, são fatores sociais com influência para o policiamento ostensivo e preventivo realizado pela PMGO?

Sim

Parcialmente

Não

11. O trabalho realizado pela Polícia Militar satisfaz as necessidades atuais de segurança pública?

Sim

Parcialmente

Não